



SPMS
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

TERCEIRO TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *"Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ..."*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 3.º trimestre de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 27/10/2022, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O Conselho Fiscal no âmbito do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS solicitou ao Revisor Oficial de Contas revisão limitada das demonstrações financeiras integradas no relatório do 3.º trimestre elaborado pelo Conselho de Administração, o qual emitiu Relatório em 21/12/2022, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o PAO para 2022, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2022 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

O Conselho Fiscal emite o presente relatório tendo ainda por base diversos os esclarecimentos prestados pela SPMS na sequência de pedido formulado pelo ROC.

**CONSELHO FISCAL**

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto¹.

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do terceiro trimestre de 2022, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 6.956 milhares de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 3.ºT2022	Execução no período (%)	Receita cobrada no 3.ºT2021	Δ 2022/2021 (%)
3.1.9-Transferências correntes	42 340 927	19 494 370	56,78%	30 457 731	-36,00%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	76 064	76 063	0,22%	11 687	550,83%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	500 214	219 330	0,64%		
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 327 013	237 867	0,69%	39 176	507,17%
4.8.2-3-4-Projetos diretamente financiados pela EU	315 492 738	348 230	1,01%	43 050 000	-99,19%
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	29 884 232	7 471 058	21,76%		
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	183 608	183 608	0,53%		
5.1.3-Transferências correntes				2 000	-100,00%
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	6 924 265	1 757 477	5,12%	1 906 439	-7,81%
5.4.1-Transferência Receita Própria entre org	52 896	4 355	0,01%	17 033	-74,43%
5.1.3-Venda de bens de investimento	69 912	69 912	0,20%		
Total de receitas correntes	397 851 869	29 862 270	86,98%	75 484 066	-60,44%
Saldo de Gerência	5 325 619	4 471 231	13,02%		
Total de receitas correntes	403 177 488	34 333 500	100,00%	75 484 066	-54,52%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (8,5%) situou-se muito abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução dos Projetos diretamente financiados pela EU que representam mais de 75% da previsão de receitas anuais e apenas 1% das receitas cobradas até final do 3º trimestre.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2022.



CONSELHO FISCAL

- Das receitas cobradas, cerca de 56,8% correspondeu a transferências correntes, 21,8% a contratos-programa com a ACSS referentes a projetos em desenvolvimento e iniciativas Covid 19, 5,1% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades e 2,3% teve origem em programas comunitários (SAMA (FEDER e FSE) e projetos diretamente financiados pela UE).
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma redução substancial no valor da receita cobrada em cerca de 54,5% decorrente essencialmente da redução de 99,2% nas receitas associadas a Projetos diretamente financiados pela EU e igualmente das transferências correntes que verificaram uma redução de 36%. Pelo contrário, as receitas decorrentes do Programa com a ACSS que no período análogo de 2021 foram nulas apresentam um valor de perto de 7,5 milhões de euros.

No que se refere à despesa, com uma dotação corrigida anual de 401,4 M€, a respetiva execução até ao final do terceiro trimestre totalizou 6,5 %, correspondendo a cerca de 26,0 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 3.ºT2022	Execução no período (%)	Despesa paga no 3.ºT2021	Δ 2022/2021 (%)
01-Despesas com pessoal	11 016 805	0	11 016 805	7 677 337	30,14%	7 452 976	3,01%
02-Aquisições de bens e serviços	229 491 011	0	229 491 011	16 677 019	65,48%	21 195 441	-21,32%
06-Outras despesas correntes	2 684 348	921 960	1 762 388	1 115 194	4,38%	2 345 132	-52,45%
Total de despesas correntes (A)	243 192 164	921 960	242 270 204	25 469 550	97,86%	30 993 549	-17,82%
07-Aquisição de bens de capital	159 130 935	0	159 130 935	556 675	2,14%	1 314 014	-57,64%
Total de despesas de capital (B)	159 130 935	0	159 130 935	556 675	2,14%	1 314 014	-57,64%
Total (A)+(B)	402 323 099	921 960	401 401 139	26 026 225	100,00%	32 307 564	-19,44%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ter-se circunscrito a 26 M€ (6,5% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa é explicado pelo Conselho de Administração pela não execução da mesma no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e em relação ao Contrato Programa com a ACSS, chamando o ROC no seu parecer a atenção para o possível impacto dos atrasos na implementação dos projetos do PRR, atendendo aos apertados prazos de execução dos mesmos;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” que no final deste período representou 30,1 % do total da despesa, com um aumento, comparativamente ao período análogo, de 3%, devido ao acréscimo do número de recursos humanos;
- A aquisição de bens e serviços representa 65,5% da despesa paga no semestre em apreço, tendo-se verificado uma redução face ao período homólogo de 2021, em cerca de 21,3%;



CONSELHO FISCAL

- A fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 0,35% da dotação disponível anual.
- O valor da despesa paga até ao final do 3º trimestre de 2022 foi inferior à despesa paga em igual período de 2021 em 19,4%, referindo o Conselho de Administração que tal se deveu ao pagamento do licenciamento Microsoft no 2º trimestre de 2021.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no terceiro semestre de 2022, assumiu compromissos no valor de 106,9 M€, ou seja, 26,6 % da dotação anual disponível. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa, 94,1% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de junho de 2022, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento anual	Orçamento 3.ºT2022 1	Execução 3T/2022 2	Execução 3T/20221 3	Desvio (2)-(1)	Δ 2022/2021 %
Rendimentos	209 016 581	156 762 435	52 207 934	43 209 158	-104 554 502	20,83%
Prestações de serviços	24 296 124	18 222 093	12 581 944	8 329 621	-5 640 149	51,05%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	184 348 299	138 261 224	36 785 614	34 163 147	-101 475 611	7,68%
Outros rendimentos e ganhos	372 158	279 119	2 770 464	716 390	2 491 346	286,73%
Reversão de imparidades de dívidas a receber	0	0	69 912	0	69 912	
Gastos	200 479 350	150 359 513	48 571 298	40 051 688	-101 788 214	21,27%
Fornecimentos e serviços externos	186 549 478	139 912 108	40 210 823	32 523 807	-99 701 285	23,64%
Reduções de justo valor	0	0	439	0	439	
Gastos com pessoal	13 804 872	10 353 654	7 493 304	7 226 275	-2 860 351	3,70%
Outros gastos e perdas	125 000	93 750	866 733	301 606	772 983	187,37%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 537 231	6 402 923	3 636 635	3 157 470	2 766 287	15,18%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 283 758	2 462 818	3 938 976	1 707 944	1 476 158	130,63%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 253 473	3 940 104	-302 341	1 449 527	-4 242 445	-120,86%
Juros e gastos similares suportados			832			
Resultado antes de impostos	5 253 473	3 940 104	-303 173	1 449 527	-4 243 277	-158,50%
Imposto sobre o rendimento	1 040 000	985 026			-985 026	
Resultado líquido do período	4 213 473	2 955 078	-303 173	1 449 527	-3 258 251	-158,50%

Como se constata, no final do terceiro trimestre de 2022, o resultado líquido da SPMS foi de -303.173 €, o que representa um resultado substancialmente inferior ao verificado no período análogo de 2021 em

**CONSELHO FISCAL**

que ascendeu a um valor positivo de 1.449.527 €. Igual comportamento se verificou ao nível do resultado operacional que decresceu nos mesmos períodos de +1.449.527 € para -303.594 €.

De salientar que, nas *"Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras"* é referido pela empresa que *"a variação do resultado líquido, face ao período do ano anterior deve-se, maioritariamente, ao aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos"*.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2022, os rendimentos tiveram um incremento global de 20,8%, com aumentos significativos de cerca de 51% na prestação de serviços e 287% em outros rendimentos e ganhos, verificando-se, contudo, um desvio significativo de 68% face ao valor orçamentado.

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 21,3 % nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou dos aumentos em outros gastos e perdas (187,4%), fornecimentos e serviços externos (23,6%). Embora com uma variação inferior os gastos com pessoal tiveram igualmente um incremento de 3,7%.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 158.º do DLEO)

Nos termos do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado";*
- ✓ *b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;*
- ✓ *c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria".*

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 3,7% indicando a SPMS que esta variação reflete os gastos inerentes a 2022, sendo que conforme referido anteriormente.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 3º trimestre de 2022 face ao período análogo de 2021 no montante de 38.320,63 €, o que representa um acréscimo de 301,9%. Relativamente à variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos, a mesma foi positiva de 9.479,30, ou seja, um aumento de 43%.



SPMS^{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

Quanto aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se uma redução de 47.618 € face ao período análogo de 2021, que se traduz num decréscimo de 23%.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócio passou de 477% no 1º trimestre de 2021 para 379% no período em apreço, continuando a apresentar um valor bastante elevado.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se uma redução significativa na ordem dos 15% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2021, salientando-se que a redução na dívida vencida foi significativamente maior, alcançando os 46%. Sem prejuízo, refira-se que a dívida vencida com mais de 90 dias ascende a 3.747.874,85, cerca de 10,2% da dívida total.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 92% da dívida do 3.º Trimestre de 2022 é perante 3 fornecedores, Timestamp, MEO e Claranet II Solutions, verificando-se, porém, que relativamente ao primeiro, mais de 97% da respetiva dívida se encontra por vencer.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 48,81 dias, o que representa uma deterioração significativa face aos 24,51 dias no período análogo de 2021, justificando a SPMS esta evolução com o aumento do valor em dívida aos fornecedores.

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 3º trimestre de 2022 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido negativo no final de setembro de 2022 no valor de 303.173 euros, situando-se o EBITDA em 3.636.635 euros.

Lisboa, 16 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

O Vogal

O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 3º TRIMESTRE DE 2022

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2022, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2022, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de setembro de 2022, que evidencia um total de 102.806.980 euros e um total de património líquido de 49.506.179 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 303.173 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. ASPETOS A DESTACAR

O saldo de Ativos Intangíveis engloba o montante de 10.695.548 euros, relacionado com a aquisição ilimitada de licenças perpétuas de produtos associados a bases de dados Oracle, destinadas quer a utilização pela SPMS, quer por outras entidades integrantes do SNS, tendo sido já registada no trimestre a respetiva depreciação.

Na sequência do alerta que formulámos quanto a este tratamento contabilístico, por não estarem reconhecidos todos os requisitos exigidos para o seu reconhecimento como ativo, por não existir o controlo efetivo do bem por parte da SPMS, sem prejuízo do reconhecimento do gasto associado ao longo de um período de tempo que os Serviços considerem adequado, o assunto ainda está em análise por parte da Entidade, admitindo-se que no âmbito do processo de encerramento de contas do exercício este reconhecimento seja alterado.

5. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, e exceto quanto à matéria referida no ponto anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de setembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

6. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

7. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 3.º trimestre de 2022 a receita cobrada líquida ascendeu a 34.333.500 euros e a despesa total paga ascendeu a 26.026.225 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 3.º trimestre de 2022 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 4.471.230 euros, que representa 13% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 29.862.269 euros.

O quadro seguinte detalha a respetiva origem, comparativamente ao realizado no período homólogo de 2021:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2022		Receita cobrada liquida 3T 2022		Receita cobrada liquida 3T 2021		Variação 2022/2021		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	24.901.033	6,2%	18.000.000	52,4%	22.040.660	29,2%	-4.040.660	-16,3%	72,3%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	15.047.000	3,7%	347.043	1,0%	7.727.256	10,2%	-7.380.213	-95,5%	2,3%
319 Transferências correntes ACSS - COMSUS	2.392.894	0,6%	1.147.327	3,3%	689.815	0,9%	457.512	66,3%	47,9%
319 Reposições não abaladas aos pagamentos	76.064	0,0%	76.063	0,2%	11.687	0,0%	64.376	550,8%	100%
319 Transferências de RI entre organismos	42.416.991	10,5%	19.570.433	57,0%	30.469.418	40,4%	-10.898.985	-35,8%	46,1%
411 Rec. próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	500.214	0,1%	219.330	0,6%	-	-	219.330	-	43,8%
411 FEDER - competitividade e internacionalização	500.214	0,1%	219.330	0,6%	-	-	219.330	-	43,8%
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	2.327.013	0,6%	237.867	0,7%	39.176	0,1%	198.691	507,2%	10,2%
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	2.327.013	0,6%	237.867	0,7%	39.176	0,1%	198.691	507,2%	10,2%
482 Projetos diretamente financiados pela EU	612.740	0,2%	173.995	0,5%	-	-	173.995	-	28,4%
482 Outros e saldos de FE/Outros	612.740	0,2%	173.995	0,5%	-	-	173.995	-	28,4%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	314.879.998	78,1%	174.235	0,5%	43.050.000	57,0%	-42.875.765	-99,6%	0,1%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	314.879.998	78,1%	174.235	0,5%	43.050.000	57,0%	-42.875.765	-99,6%	0,1%
486 Projetos diretamente financiados pela EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-
486 REACT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	24.131.613	6,0%	7.471.058	21,8%	-	-	7.471.058	-	31,0%
511 Contrato-Programa com a ACSS - PRESI CSP	5.752.619	1,4%	-	-	-	-	-	-	-
511 Reposições não abaladas nos pagamentos	183.608	0,0%	183.608	0,5%	-	-	183.608	-	100,0%
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	30.067.840	7,5%	7.654.666	22,3%	-	-	7.654.666	-	25,5%
541 Projetos diretamente financiados pela EU	52.896	0,0%	4.355	0,0%	17.033	0,0%	-12.678	-74%	8%
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	52.896	0,0%	4.355	0,0%	17.033	0,0%	-12.678	-74%	8%
513 Transferências privadas	-	-	-	-	2.000	0,0%	-2.000	-100%	-
513 Rec. próprias - Famílias/Repatriações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
513 Faturação - SNS	631.746	0,2%	641.071	1,9%	720.709	1,0%	-79.638	-11,0%	94,0%
513 Faturação - Outras Entidades	6.242.519	1,5%	1.116.406	3,3%	1.185.730	1,6%	-69.324	-5,8%	17,9%
513 Venda de bens de investimentos	69.912	0,0%	69.912	0,2%	-	-	69.912	-	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	6.994.177	1,7%	1.827.389	5,3%	1.908.439	2,5%	-61.050	-4,2%	26,1%
Subtotal	397.851.869	98,7%	29.862.269	87,0%	75.484.066	100%	-45.621.797	-60,4%	7,5%
Saldo de gerência anterior	5.325.619	1,3%	4.471.230	13,0%	-	-	4.471.230	-	84,0%
Total Geral	403.177.488	100%	34.333.499	100%	75.484.066	100%	-41.150.567	-54,5%	8,5%

De salientar que no apuramento deste montante global de receita foi considerado o montante de saldo transitado do ano anterior, no valor de 4.471.230 euros. Este montante corresponde à parcela de saldo previsto transitar do constante do orçamento que já tinha sido, no final do trimestre em análise, passado ao estado de “finalizado” por parte da Direção Geral do Orçamento. Em 28 de outubro de 2022 passou igualmente à situação de “finalizado” a parcela restante do saldo de gerência do ano anterior, no montante de 854.389 euros, relativo a Fundos Europeus.

Note-se, no entanto, que no reporte referente aos trimestres anteriores foi considerado na respetiva análise a totalidade do saldo de gerência a transitar do exercício anterior, gerando assim alguma inconsistência de análise.

Importa ainda ter presente que os dois reportes trimestrais anteriores não consideraram ainda o Orçamento de Estado para 2022, que só entrou em vigor no final de junho, pelo que a informação reportada neste trimestre, em termos de nível de execução, não é comparável com a que foi reportada nos trimestres anteriores.

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, a redução ocorrida de 45.621.797 euros é essencialmente justificada por uma diminuta execução das transferências no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como pela redução de receita relativa a transferências via OE para manutenção de sistemas (menos 4.040.660 euros) e a transferências da ACSS para o centro de contacto do SNS24 (menos 7.380.213 euros), ainda que se verifique um significativo aumento de receita atinente ao Contrato-Programa com a ACSS (mais 7.471.058 euros).

A despeito de apresentar uma variação negativa face ao período homólogo, importa destacar a receita obtida no montante de 18.000.000 euros, provinda de transferências do Orçamento de Estado, por se revelar como a fonte de financiamento com maior receita cobrada líquida e uma das que apresentam maior grau de execução (72,3%).

No final do terceiro trimestre, a receita, apresenta um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 8,5% da receita corrigida orçamentada. Este efeito é justificado pelo valor muito expressivo da receita orçamentada associada ao PRR, cujo grau de execução é ainda muito diminuto, muito embora a respetiva execução não dependa exclusivamente da Entidade.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 3.º trimestre de 2022, ao montante de 26.026.225 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2022	Cativação 2022	Orçamento Disponível Ano 2022		Despesa paga 3ºT2022		Despesa paga 3ºT2021		Variação 2022/2021		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	7.537.624	-	7.537.624	100%	6.226.591	23,9%	6.021.204	18,6%	205.387	3,4%	82,6%	82,6%
01.02 Remunerações Variáveis	850.098	-	850.098	100%	209.403	0,8%	281.331	0,9%	-71.927	-25,6%	24,6%	24,6%
01.03 Segurança Social	2.629.083	-	2.629.083	100%	1.241.343	4,8%	1.150.442	3,6%	90.901	7,9%	47,2%	47,2%
01 Despesa com pessoal	11.016.805	-	11.016.805	100%	7.677.337	29,5%	7.452.976	23,1%	224.361	3,0%	69,7%	69,7%
02.01 Aquisição de Bens	967.263	-	967.263	100%	338.997	1,3%	191.608	0,6%	147.389	76,9%	35,0%	35,0%
02.02 Aquisição de Serviços	228.523.748	-	228.523.748	100%	16.338.022	62,8%	21.003.833	65,0%	-4.665.812	-22,2%	7,1%	7,1%
02 Aquisição de bens e serviços	229.491.011	-	229.491.011	100%	16.677.019	64,1%	21.195.441	65,6%	-4.518.423	-21,3%	7,3%	7,3%
06.02 Diversas	2.684.348	921.960	1.762.388	65,7%	1.115.194	4,3%	2.345.132	7,3%	-1.229.938	-52,4%	41,5%	63,3%
06 Outras despesas correntes	2.684.348	921.960	1.762.388	65,7%	1.115.194	4,3%	2.345.132	7,3%	-1.229.938	-52,4%	41,5%	63,3%
Despesas correntes	243.192.164	921.960	242.270.204	99,6%	25.469.550	98%	30.993.549	95,9%	-5.523.999	-17,8%	10,5%	10,5%
07.01 Investimentos	159.130.935	-	159.130.935	100%	556.675	2,1%	1.314.014	4,1%	-757.339	-58%	0,3%	0,3%
07 Aquisição de bens de capital	159.130.935	-	159.130.935	100%	556.675	2,1%	1.314.014	4,1%	-757.339	-58%	0,3%	0,3%
Despesas de capital	159.130.935	-	159.130.935	100%	556.675	2,1%	1.314.014	4,1%	-757.339	-58%	0,3%	0,3%
Total Geral	402.323.099	921.960	401.401.139	99,8%	26.026.225	100%	32.307.564	100%	-6.281.339	-19,4%	6,5%	6,5%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 6,5%, e ligeiramente inferior à receita executada (8,5%);
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 29,5% da despesa paga (mais 6,4 pontos percentuais que no período homólogo), embora se apresente, em termos de valores, em níveis muito semelhantes aos registados no período homólogo de 2021, muito por força da menor expressão da despesa paga relacionada com a aquisição de bens e serviços;

- Com efeito, a despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 16.677.019 euros (64,1% do total da despesa paga), reflete um aumento de 8.565.489 euros face ao trimestre anterior. Ainda assim, constata-se uma expressiva redução face ao período homólogo do ano anterior, com menos 21,3%, justificado por ainda não se terem iniciado muitos dos projetos previstos em termos orçamentais, designadamente, os que se prevê que venham a ser financiados âmbito do PRR, o que não pode deixar de se revelar bastante preocupante, dados os apertados prazos de execução destes projetos;
- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 159.130.935 euros. Constata-se que neste trimestre foram pela primeira vez executados gastos desta natureza (556.675 euros), ainda que muito pouco expressivos, representando um grau de execução de apenas 0,3%;
- Em termos globais, a despesa ocorrida no trimestre reflete uma redução de 19,4% face ao período homólogo de 2021, devido ao efeito conjugado de redução dos saldos de quase todas as rubricas da despesa executada, sendo a mais expressiva, no montante de 4.665.812 euros, ocorrida na rubrica de aquisição de serviços;

Naturalmente que o facto de o Orçamento de Estado para 2022 apenas ter sido aprovado em 27 de junho de 2022 não pode ser dissociado de todo este baixo nível de execução. No entanto, e tendo sobretudo em atenção os prazos exíguos que estão definidos para a execução dos projetos financiados pelo PRR, admite-se que possa ser necessária a adoção de medidas mitigadoras do baixo nível de execução que está a ocorrer, sob pena de não se aproveitarem integralmente as verbas disponibilizadas.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 30SET2022, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2021, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do terceiro trimestre ascende a 5.138.857 euros, reflete um decréscimo de 20,3% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 1.799.866 euros, atendendo a que os novos investimentos efetuados no exercício ascenderam apenas a 496.220 euros, dos quais 141.439 euros realizados neste trimestre, o que está em linha com o referido anteriormente a propósito do reduzido nível de execução orçamental que se está a registar.

Ocorreram ainda abates de bens, no valor de 4.080 euros. De salientar que, face ao investimento orçamentado para o ano de 2022, os investimentos acumulados realizados até ao final do trimestre em análise apresentam uma reduzida taxa de execução (0,36%). A reduzida execução é justificada em grande medida pela não concretização dos investimentos relacionado com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);

- Os Ativos Intangíveis, que no final do semestre anterior se encontravam totalmente depreciados, apresentam um valor líquido que ascende a 10.695.548 euros, representando 10% do total do Ativo. Este expressivo aumento resulta da aquisição de licenças relacionadas com produtos Oracle, no decorrer do mês de agosto, no montante global de 12.834.658 euros. Conforme referido no ponto 4. anterior, o reconhecimento contabilístico destas aquisições irá ser revestido no âmbito do processo de encerramento das contas do exercício;
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30SET2022, um saldo de 1.335.279 euros, refletindo um decréscimo de 119.001 euros face a 31DEZ2021. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do trimestre continua a ser a ACSS, representando cerca de 80% do total do saldo a receber, mantendo-se o saldo inalterado face a 31DEZ2021;
- A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta um dos maiores aumentos no Ativo (+1.632.628 euros), ascendendo no final do segundo trimestre a 2.585.689 euros, resultando sobretudo de valores de IVA a recuperar, os quais estão muito relacionados com o investimento em ativos intangíveis efetuado em agosto, conforme acima referido;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30SET2022 o saldo de 26.365.477 euros, passando a representar 26% do total do Ativo. No terceiro trimestre verifica-se um aumento de 6.954.799 euros face ao trimestre anterior e um acréscimo 22.329.978 euros face a 31DEZ2021. Estes aumentos resultam essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS24 (20.648.936 euros) e do Contrato Programa com a ACSS (5.697.488 euros), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros nove meses do ano;
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do terceiro trimestre, ascende a 52.957.142 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando 52% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente (80,2%) ao valor recebido do PRR em 2021 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;

- A rubrica de Património Líquido apresenta um saldo no montante de 49.506.179 euros, representando um decréscimo de 4,4% relativamente a 31DEZ2021. A variação constatada provém do resultado negativo apurado no terceiro trimestre, no montante de 303.173 euros, conjuntamente com uma redução do saldo da rubrica de Outras Variações no Património líquido (-1.976.142 euros), decorrente maioritariamente do reconhecimento dos rendimentos referentes ao PPR, na proporção dos gastos reconhecidos;
- O total do Passivo, no montante de 53.300.801 euros, reflete um aumento expressivo de 36.833.837 euros (+226,7%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada essencialmente pelo aumento rubrica de Fornecedores (+22.179.073 euros) e de Fornecedores de Investimentos (+13.307.979 euros);
- A rubrica de Fornecedores ascendeu no final do terceiro trimestre a 23.494.496 euros, no qual se destacam os montantes a pagar aos fornecedores MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA (13.506.452 euros) e à Claranet II Solutions, SA (6.838.061 euros), que correspondem a 86,6% da totalidade da rubrica;
- No terceiro trimestre a rubrica de Fornecedores de Investimento apresenta um saldo no montante de 13.307.979 euros, tornando-se a segunda maior rubrica do Passivo, representando 25% do mesmo. O aumento do saldo desta rubrica encontra-se correlacionado com o investimento realizado neste período em programas de computador e sistemas de informação;
- A rubrica de Outras Contas a Pagar, no montante total de 10.355.731 euros, representa 19% do Passivo, sendo que 99,8% deste saldo respeita a Credores por Acréscimos de Gastos, que inclui a especialização dos gastos com o pessoal (995.905 euros), bem como acréscimos de gastos em subcontratos gerais (9.249.953 euros) e com serviços especializados (77.181 euros) e outros gastos (7.324 euros);

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do terceiro trimestre de 2022. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2022, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Salienta-se que o PAO 2022 foi objeto de apreciação por parte da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, tendo concluído que o mesmo reunia as condições necessárias para a sua aprovação por parte do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, o que veio a suceder através do Despacho n.º 354/2022 – SET, de 25 de março de 2022.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do terceiro trimestre, à semelhança dos dois anteriores, foi desfavorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do trimestre em análise apurou-se um resultado líquido negativo de 303.173 euros, que compara com um lucro orçamentado de 3.160.104 euros. A justificação para esta evolução negativa está relacionada sobretudo pela execução desfavorável das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (menos 73,4%) e Prestação de Serviços (menos 31%), não integralmente compensada pelo menor gasto ocorrido ao nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 40.210.823 euros, representando uma execução de apenas 28,7% face ao orçamentado, bem como de Gastos com Pessoal, que também ficaram aquém do orçamentado (-27,6%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (menos 99.701.285 euros) é justificado pela não execução da despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

Importa ainda salientar que o aumento verificado na rubrica de FSE face ao período homólogo (mais 7.687.016 euros), é justificado pelo incremento dos gastos realizados no âmbito do CCNS24.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, ascende ao montante de 7.493.304 euros, apresentando uma diminuição de 2.860.351 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do terceiro trimestre de 2022 ascende assim a 52.511.107 euros, apresentando uma execução de 34,4% face ao orçamentado, atenuando assim, ainda que de forma parcial, a quebra ocorrida sobretudo ao nível das Transferências Correntes e Subsídios Obtidos.

O total de rendimentos ascende a 52.207.934 euros, apresentando uma execução de 33,3% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (-5.640.149 euros) e nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-101.475.611 euros).

6. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 21 de dezembro de 2022

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 30 de setembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021

Valores
em euros

BALANÇO	30-09-2022	31-12-2021	Var Real 30SET22 - 31DEZ21	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5.138.857	6.446.583	-1.307.727	-20,3%
Ativos intangíveis	10.695.548	-	10.695.548	0,0%
Ativos por Impostos Diferidos	11.011	11.011	-	0,0%
Outros Ativos financeiros	-	22.893	-22.893	-100,0%
Subtotal	15.845.416	6.480.487	9.364.929	144,5%
Ativo corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	1.335.279	1.454.280	-119.001	-8,2%
Estado e outros entes públicos	2.585.689	953.061	1.632.628	171,3%
Outras contas a receber	26.365.477	4.035.499	22.329.978	553,3%
Diferimentos	3.717.976	4.897.187	-1.179.211	-24,1%
Caixa e depósitos	52.957.142	50.431.943	2.525.199	5,0%
Subtotal	86.961.564	61.771.970	25.189.593	40,8%
Total do Ativo	102.806.980	68.252.458	34.554.522	50,6%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	26.260.689	26.260.689	-	0,0%
Reservas	10.523.112	9.517.407	1.005.705	10,6%
Resultados transitados	-34.124.599	-34.397.420	272.821	-0,8%
Outras variações no Património Líquido	47.150.150	49.126.292	-1.976.142	-4,0%
	49.809.352	50.506.968	-697.616	-1,4%
Resultado líquido do período	-303.173	1.278.526	-1.581.699	-123,7%
Total do Património Líquido	49.506.179	51.785.494	-2.279.315	-4,4%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	4.418.398	4.418.398	-	0,0%
Subtotal	4.418.398	4.418.398	-	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	23.494.496	1.315.424	22.179.073	1686,1%
Estado e outros entes públicos	373.129	1.284.213	-911.084	-70,9%
Fornecedores de investimentos	13.307.979	-	13.307.979	0,0%
Outras contas a pagar	10.355.731	8.168.861	2.186.870	26,8%
Diferimentos	1.351.068	1.280.068	71.000	5,5%
Subtotal	48.882.403	12.048.565	36.833.837	305,7%
Total do Passivo	53.300.801	16.466.963	36.833.837	223,68%
Total do Património Líquido e Passivo	102.806.980	68.252.458	34.554.522	50,6%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 30 de setembro de 2022

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30SET22	Real 30SET21	Orçamento 30SET22	Var Real 30SET22 - 30SET21		Var Real 30SET22 - Orç 30SET22	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	12.581.944	8.329.621	18.222.093	4.252.323	51,1%	-5.640.149	-31,0%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	36.785.614	34.163.147	138.261.224	2.622.466	7,7%	-101.475.611	-73,4%
Fornecimentos e serviços externos	-40.210.823	-32.523.807	-139.912.108	-7.687.016	23,6%	99.701.285	-71,3%
Gastos com o pessoal	-7.493.304	-7.226.275	-10.353.654	-267.029	3,7%	2.860.351	-27,6%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	69.912	-	-	69.912	0,0%	69.912	0,0%
Aumentos/reduções de justo valor	-439	-	-	-439	0,0%	-439	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	2.770.464	716.390	279.119	2.054.074	286,7%	2.491.346	892,6%
Outros gastos e perdas	-866.733	-301.606	-93.750	-565.127	187,4%	-772.983	824,5%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3.636.635	3.157.470	6.402.923	479.165	15,2%	-2.766.287	-43,2%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-3.938.976	-1.707.944	-2.462.818	-2.231.032	130,6%	-1.476.158	59,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-302.341	1.449.527	3.940.104	-1.751.867	-120,9%	-4.242.445	-107,7%
Juros e gastos similares suportados	-832	-	-	-832	0,0%	-832	0,0%
Resultado antes de impostos	-303.173	1.449.527	3.940.104	-1.752.700	-120,9%	-4.243.277	-107,7%
Imposto sobre o rendimento	-	-	656.848	-	0,0%	-656.848	-100,0%
Resultado líquido do período	-303.173	1.449.527	3.160.104	-1.752.700	-120,9%	-3.463.277	-109,6%
Resultado Líquido	-303.173	1.449.527	3.160.104	-1.752.700	-120,9%	-3.463.277	-109,6%